

# Enfrentando os Novos Desafios do Século

Mais de 40 parlamentares de 11 países das Américas participaram da VII Assembleia Plenária do FIPA, organizada pelo Senado do México e realizada na Cidade do México entre 17 e 19 de novembro de 2010.

O encontro reuniu legisladores e especialistas para discutirem os desafios novos e emergentes relacionados com a preparação e a resposta a desastres naturais e aqueles causados pelo homem; a segurança regional e o crime transnacional; e a participação da sociedade civil no fortalecimento da democracia.

Durante a Cerimônia de Abertura no Senado mexicano, o Presidente do FIPA, o Deputado brasileiro Luiz Carlos Haully, falando sobre a integração hemisférica, disse que o Parlamento das Américas tem o potencial para se transformar em realidade.

“Somos 35 países em uma região com um bilhão de pessoas que têm o direito de sonhar com a integração em todos os sentidos”.

A Senadora mexicana Adriana González Carillo, como anfitriã do evento, declarou que a Assembleia Plenária representava a oportunidade de consolidar o processo de fortalecimento institucional das Américas, uma vez que incentiva as reformas necessárias para intensificar o Estado de Direito, promover o comércio justo que apoie o

desenvolvimento sustentável e mitigar os efeitos das mudanças climáticas e das pandemias.

Dentre os participantes da Cerimônia de Abertura, estavam personalidades como o Senador Manlio Fabio Beltrones, Presidente do Senado do México; o



Foto: © Cortesia do Senado do México  
Presidente do FIPA, Luiz Carlos Haully, na cerimônia de abertura da 7ª Assembleia Plenária no Senado do México.

Deputado Amador Monroy, Vice-Presidente da Câmara de Deputados do México; a Ministra das Relações Exteriores do México, Embaixadora Patricia Espinosa; e o Senador Julio César Cobos, Vice-Presidente da Argentina e Presidente do Senado.

A Assembleia Plenária foi aberta com o discurso intitulado *Os Desafios para as Américas no Século XXI*, do Dr. Roberto Newell, presidente do Instituto Mexicano para a Competitividade, que se

concentra nos novos desafios econômicos e nas possibilidades para a região.

As sessões de grupos de trabalho se concentraram em estabelecer medidas concretas para atender as demandas atuais e futuras nas áreas social, ambiental e de segurança que o

Foto: © Cortesia do Senado do México

Margareta Wahlström, participou da última sessão da Assembleia. Falando sobre catástrofes e emergências, enfatizou a importância das mulheres nessas situações e elogiou os esforços do Grupo de Mulheres Parlamentares nesse âmbito.

A Assembleia também decretou uma resolução que condena os atos de violência que ocorreram no Equador, em 30 de setembro de 2010, contra o Poder Executivo desse país.

A Assembleia elegeu o Haiti e re-elegeu o Canadá, a Colômbia e o México para representar as sub-regiões no Comitê Executivo para um mandato de dois anos.

Os delegados aceitaram os convites para as Assembleias Plenárias que serão realizadas no Paraguai e no Panamá, em 2011 e 2012, respectivamente.

hemisfério enfrenta.

A Assembleia Plenária terminou com a adoção de diversas recomendações que visam a superar os desafios por meio de uma cooperação regional e hemisférica mais forte, aumento da transparência e responsabilização, assim como um compromisso mais amplo para com os cidadãos durante o processo de elaboração de políticas.

A Subsecretária-Geral da ONU para a Redução de Riscos de Catástrofes,

## Neste número:

7ª Assembleia Plenária do FIPA	1
Parlamentares haitianos no pós-terremoto	2
Segurança hemisférica nas Américas	3
Mudanças no Comitê Executivo	4
Calendário de eventos	4
Sobre o FIPA	4

# Os Parlamentares Haitianos e o Complexo Global Pós - Sismo

*Dr. Matthew Bolton é membro visitante da LSE Global Governance. É Professor-Assistente de Ciências Políticas na Universidade Pace, na cidade de Nova York, e já trabalhou com profissional de assistência, pesquisador e jornalista em mais de uma dezena de países, incluindo o Haiti. E-mail: mbolton2@pace.edu Para ler este artigo na íntegra, visite [www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org). Segue link.*

A autoridade política do Haiti está sendo fragmentada, privatizada e globalizada em consequência do terremoto de 2010, segundo um estudo que realizei recentemente para a Escola de Economia de Londres (LSE).

Centenas de agências distintas intervieram no vácuo causado pelo colapso literal de muitas instituições públicas haitianas; quase 20% dos funcionários públicos morreram e 27 dos 28 prédios públicos, incluindo o Palácio Presidencial, foram destruídos.

Os doadores internacionais, grupos religiosos, ONGs, associações comunitárias e empresas privadas cumprem funções de serviços sociais que as ciências políticas consideram a conservação do Estado.

Há um grande envolvimento de ONGs internacionais na construção de abrigos temporários, administração de campos, distribuição de alimentos, assistência médica, educação e desenvolvimento de habilidades.

A importância dessa presença global no Haiti é ilustrada pelo fato o orçamento do "Apelo Urgente" na ONU/ONG 2010 para o Haiti (que representou a estimativa da ONU de recursos necessários para atender as necessidades humanitárias) ter sido de US\$ 1.4 bilhões (dos quais, US\$ 1 bilhão foi financiado) - surpreendentemente próximo

do tamanho do próprio orçamento total do governo haitiano (US\$ 1.3 milhões em despesas; US\$ 1 bilhão em faturamento).

Isso claramente é um benefício para a população haitiana. Onde o Estado não consegue prestar proteção social, a comunidade internacional interveio para aumentar, suplantando e melhorar o acesso ao socorro e à reconstrução.

## Os Desafios

Ainda assim, esse envolvimento intensivo de atores internacionais e privados apresenta um desafio para os parlamentares e estrategistas políticos haitianos e tem implicações para a democracia e a soberania local.

O nível de rivalidade nas recentes eleições no Haiti demonstra que os haitianos claramente acreditam que o setor político ainda é importante, mas de maneira vital, a autonomia na elaboração de políticas do Estado haitiano é limitada pelo poder do *complexo de governança global do doador/ONG*.

Por exemplo, muitas decisões sobre como os recursos para serviços sociais são distribuídos são tomadas por uma equipe de expatriados não eleitos ou em salas de reuniões longe do Haiti.

Existe o perigo de o papel do Estado no Haiti passar a ser de convocador ou coordenador de agências distintas, em vez de gestor ou prestador de serviços.

Visto que muitas decisões são tomadas em fóruns de coordenação de assistência, quase sempre realizada em enclaves cercados por muros nos quais os idiomas principais são o inglês e o francês, em vez do crioulo haitiano, há uma potencial discrepância na responsabilização entre a liderança da ONU/ONG e a população haitiana.

E devido aos períodos limitados de gestão de muitos administradores de agências de assistência, que quase sempre têm contratos de

trabalho relativamente curtos, o esforço de socorro e reconstrução no Haiti está constantemente em mudança, fazendo com que seja difícil para os cidadãos haitianos entenderem e preverem como se dará a distribuição do serviço social.

## As Oportunidades

A globalização da governança do serviço social no Haiti, em alguns aspectos, desgastou o poder dos parlamentares haitianos. Ainda assim, oferece novas oportunidades para se relacionar com atores internacionais para promover as suas agendas.

Embora o poder dos parlamentares sobre o orçamento dos serviços sociais de milhares de agências de assistência no Haiti seja limitado, eles podem e devem desempenhar um papel no acompanhamento e na formação da agenda humanitária em nome dos eleitores que os elegeram.

Para ajudar na sua tomada de decisão, os parlamentares haitianos dispõem de um acesso sem precedentes à experiência em política social do mundo todo. Também têm acesso potencial, por meio de agências de coordenação e mediação, a mais recursos para programas sociais.

Têm o potencial para se posicionarem como

intermediários entre os haitianos e os esforços de assistência internacional.

No entanto, os parlamentares haitianos precisaram tomar a iniciativa de aprender como operar em redes complexas e globalizadas de atores públicos e privados.

Os haitianos têm oportunidades nunca antes vistas para estabelecer e criar alianças com atores que compartilham a mesma opinião no mundo todo, para impulsionar o desenvolvimento e a segurança humanos amplo e inclusivo.

EO sucesso da política neste contexto exige a habilidade política, a estratégia e as táticas que os atores políticos, como os parlamentares, muitas vezes consideram naturais.

Mas exigirá aprender como operar em um contexto político novo e em constante mudança - política de rede mundial - que vai além do serviço constituinte tradicional e de negociação nacional.

Exige uma compreensão do sistema de assistência internacional, uma apreciação das muitas partes interessadas envolvidas, as motivações, os interesses e os valores de diferentes agências de assistência e as possíveis áreas de colaboração.

Photo: © Matthew Bolton / outreach-international.org



Reunião em inglês sobre os serviços de saúde na Base Logística das NU em Porto Príncipe.



# Fortalecendo a segurança Hemisférica nas Américas

Os acontecimentos do ano passado destacaram a fragilidade da segurança em países nas Américas.

O crime organizado transnacional é uma questão internacional; o crime organizado movimentou ilicitamente trilhões de dólares no mundo todo e nenhum país está imune aos seus efeitos.

O crime transnacional por definição é aquele que atravessa fronteiras e, portanto, os esforços para combatê-lo também devem ter escopo transnacional. Nenhum país pode resolver este problema sozinho, mas um plano de ação coesivo e colaborativo aumentará muito a segurança hemisférica.

A segurança apresenta muitos desafios compartilhados, mas os parlamentos têm a oportunidade de fazer melhorias na segurança do cidadão por meio de trocas de informações entre nações e estando ciente da natureza transnacional do crime.

O Canadá ratificou instrumentos internacionais usados para combater o crime transnacional, como a *Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional*. A Convenção proporciona ferramentas para a cooperação global contra o crime transnacional a nível global, apoiando a troca de informações internacionais e a colaboração para a aplicação da lei.

Os instrumentos criados dentro do sistema

interamericano incluem a *Convenção Interamericana contra a Corrupção*, que entrou em vigor em 1997 e foi ratificada pelo Canadá em 2000.

Em 1986, a Organização de Estados Americanos (OEA) criou a Comissão Interamericana de Controle do Abuso de Drogas, que recentemente adotou uma nova *Estratégia Hemisférica contra as Drogas*, que enfatiza o impacto da pobreza e do fenômeno da exclusão social, e ressalta o princípio de



Traficantes de drogas dos Estados Unidos, Colômbia, México e Uruguai que trabalhavam para o cartel Sinaloa são detidos pela polícia mexicana.

responsabilidade comum e compartilhada na cooperação nos níveis do hemisfério e da região.

Entre os crimes transnacionais, estão o terrorismo, o tráfico de humanos, armas e drogas ilícitas, lavagem de dinheiro e outras formas de ameaças emergentes como o crime cibernético.

Apresenta uma variedade de ameaças com múltiplas características e perigos para a sociedade.

No entanto, as ameaças devem ser estudadas e compreendidas de forma individual e em um contexto mais amplo para se desenvolver melhor uma resposta coesa.

Com relação a isso, os parlamentos representam um papel vital ao assegurar que as medidas de segurança não sejam implementadas de forma arbitrária.

Por meio do seu papel de supervisão, os parlamentos asseguram que as respostas

reflitam as necessidades e as prioridades da nação.

Essas ações parlamentares são talvez mais eficazes em um sistema democrático no qual o Poder Legislativo detém verdadeiro poder de debater, aprovar, decretar e supervisionar a implementação de leis e políticas de segurança.

As instituições democráticas defendem o Estado de Direito e promovem os direitos e a liberdade dos cidadãos.

Nesse contexto, as instituições parlamentares dos países podem facilitar os esforços de países em desenvolvimento quando estes abordarem os seus desafios de segurança. Em particular, podem ser compartilhados experiências e conhecimentos técnicos.

O diálogo interparlamentar, o intercâmbio de lições aprendidas e melhores práticas e as discussões de problemas e objetivos comuns podem ajudar a fortalecer a democracia no hemisfério.

É com base nisso - a importância do intercâmbio entre os parlamentos - que o Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) foi criado e que a seção canadense do FIPA opera.

Randy Hoback é membro do Parlamento do Canadá. É Presidente da Seção Canadense do FIPA e atualmente ocupa o cargo de Presidente Interino do FIPA.

# Mudanças no Comitê Executivo

## SOBRE O FIPA

A XXIV Reunião do Comitê Executivo do FIPA foi realizada na cidade de Curitiba, Brasil, nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2011.

Depois das eleições gerais no Brasil, ocorridas no final de 2010, o Deputado Luiz Carlos Hauly foi nomeado Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Brasil, estando, então, licenciado da sua posição como parlamentar. Foi necessária a escolha de um Presidente Interino para o FIPA.

Os participantes - parlamentares do Brasil, Canadá, Colômbia, Equador, Haiti, México, Panamá, Paraguai e Santa Lúcia - elegeram um Presidente Interino que ocupará o cargo até setembro de 2011.

O novo Presidente Interino do FIPA é um representante da região da América do Norte no Comitê Executivo,

o Deputado canadense Randy Hoback. Os membros do FIPA reunidos na Assembleia Plenária que será realizada em Assunção, Paraguai, votarão em um novo Presidente.

O Comitê Executivo também discutiu uma nova iniciativa entre o FIPA e o Centro Parlamentar do Canadá, que lida com a questão da segurança do cidadão no nível hemisférico.

Dentre outras questões abordadas, está a aprovação de um relatório de auditoria financeira para o ano 2009-2010, assim como o orçamento e o plano de trabalho para o ano corrente. Os preparativos para a próxima Assembleia no Paraguai também foram discutidos.

Foto: © Cesar Brustolin



Os membros do Comitê Executivo discutem os preparativos para a próxima Assembleia Plenária no Paraguai.

O Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) é uma rede independente composta dos órgãos legislativos nacionais dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), que visa promover a participação parlamentar no sistema interamericano.

### Calendário 2011

- ◆ **XXIV Reunião do Comitê Executivo**, Curitiba, Brasil, fev. 19-20
- ◆ **Workshop de capacitação sobre controle orçamentário na América Central**, Costa Rica, março 31 - abril 1
- ◆ **XLI Assembleia Geral da OEA**, São Salvador, El Salvador, jun. 5-7
- ◆ **Workshop sobre comércio com a OMC**, a confirmar
- ◆ **XXV Reunião do Comitê Executivo**, a confirmar
- ◆ **VIII Assembleia Plenária do FIPA**, Assunção Paraguai, set. 7-10

### COMITÊ EXECUTIVO DO FIPA

#### Presidente Interino

- Deputado Randy Hoback, Canadá

#### América do Norte

- Deputado Randy Hoback, Canadá
- Senadora Adriana González Carrillo, México

#### América Central

- Diputado Víctor Juliao, Panamá
- Vacante

#### Caraíbas

- Senadora Edmonde S. Beauzile, Haiti
- Presidente da Câmara da Assembleia Rosemary Husbands-Mathurin, Santa Lúcia

#### América do Sul

- Representante Germán Blanco Alvarez, Colômbia
- Senador Alberto Grillón Conigliaro, Paraguai

#### Ex Presidente do FIPA

- Senadora Céline Hervieux-Payette, Canadá

#### Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

- Membro da Assembléia Nacional Linda Machuca Moscoso, Equador

#### País anfitrião da VIII Assembleia Plenária

- Senador Alberto Grillón Conigliaro, Paraguai

## Em breve, um novo FIPA

Na VII Reunião Plenária do FIPA, o Comitê Executivo propôs uma moção para modificar o nome do FIPA para FIPA-ParlAmericas, que contou com o apoio unânime dos delegados participantes.

A adoção do novo nome acontecerá juntamente com o lançamento de uma nova imagem e de um novo website para a organização.

Espera-se que versão nova e melhorada do website facilite a comunicação, uma vez que usará as redes sociais e outras ferramentas virtuais para difundir informações

com mais rapidez e eficiência.

Essas modificações afetarão positivamente a produção e a distribuição deste newsletter. O seu formato on-line permitirá contribuições em maior quantidade e profundidade e um conteúdo mais rico que poderá ser acessado por um público mais amplo. O formato impresso continuará sendo distribuído mediando solicitação apenas.

Essas novas mudanças deverão acontecer até o final de junho de 2011.

